

**URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS
o caso do município de Alfenas
durante a Primeira República**

***URBANIZATION AND MODERNIZATION IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS
the case of the Alfenas municipality
during the First Republic***

v. 7, n. 10
jan/ago (2015)

ISSN.1982-0569

Alisson Eugenio
Universidade Federal de Alfenas
e-mail: prof.fox@hotmail.com

Resumo

Neste texto serão analisadas a urbanização e modernização no município de Alfenas durante a Primeira República, a partir de alguns indicadores clássicos da modernização encontrados nos requerimentos dos seus cidadãos, para mostrar que a sua economia agrária começou a passar por um processo de diversificação de investimentos, em negócios até então inéditos de natureza urbana

Palavras-chave

Urbanização, modernidade e cultura

Abstract

This paper analyzes the Urbanization and modernization in Alfenas municipality during the First Republic, from some classic indicators of modernization found in the requirements of its citizens, to show that its agrarian economy began to undergo a process of diversification of investments, business hitherto unpublished urban nature

Keywords

Urbanization, modernity and culture

Quando a República foi proclamada no Brasil, o capitalismo, principalmente a sua face industrial, estava a pleno vapor nas nações mais ricas do Ocidente. A partir delas, ele expandia-se pelo mundo, integrando mercados cada vez mais distantes, ou pela força militar imperialista que garantiu novas conquistas territoriais, ou por acordos econômicos que permitiram a abertura de novos mercados. Por esse motivo, entre as suas elites econômicas, havia um sentimento de euforia pelas enormes possibilidades abertas para a reprodução do seu capital. Era como se elas tivessem mergulhado em uma nova idade de ouro conhecida como *Belle Époque* (FALCON, 2000, DECCA, 2000 e HOBBSAWM, 1992).

Em proporção muito menor, alguns setores das elites econômicas brasileiras, em especial as dedicadas à cafeicultura, ou a ela conectadas, cujos negócios estavam no auge, experimentavam a mesma sensação, sobretudo após o Convênio de Taubaté (SEVCENKO, 1998, p. 34-37). Com esse acordo firmado em 1906 entre representantes políticos dos cafeicultores e os governos estaduais, os estados produtores deveriam comprar o excedente produzido para evitar a queda do valor do café, usando empréstimos estrangeiros (pagos com dinheiro público e, desse modo, socializando as perdas) com o aval, desde Afonso Penna, do governo federal. Assim, elas tiveram lucros assegurados, mesmo se houvesse uma crise de oferta de seu produto, podendo acumular capital suficiente para ampliar sua produção cafeeira e/ou diversificar seus investimentos em novas frentes econômicas, em particular as de natureza urbana, ou assimilar novos serviços que demandavam riqueza suficiente para serem usufruídos.

Esse fenômeno pode ser observado em diversos municípios. Um deles é o de Alfenas, o qual está situado no sul de Minas Gerais, entre três grandes centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Sua geografia é caracterizada por um clima ameno, por uma topografia suave e por chuvas abundantes. Tudo isso favorece a economia agrária e pastoril que, historicamente, sustenta a riqueza municipal. Sua formação econômica está ligada às oportunidades abertas pela reorientação econômica mineira ocorrida na segunda metade do século XVIII.

Seus primeiros colonizadores foram proprietários rurais que buscavam terras para o cultivo de alimentos para subsistência e para os mercados vicinais de uma região então em expansão. A transformação da capital do país em sede da corte portuguesa,



inicialmente, e o crescimento da cafeicultura no oeste paulista, posteriormente, ampliaram os horizontes econômicos da elite local. Esta aproveitou as oportunidades abertas por esses fatores para impulsionar a produção de gêneros de primeira necessidade, cada vez mais demandados pelos municípios especializados na monocultura cafeeira, de cuja rede urbana Alfenas fazia parte, o que lhe proporcionou um acúmulo de capital fundamental para o processo de diversificação de investimentos (LENHARO, 1979 e SAES, 2012).

A modernidade a ser investigada neste estudo é derivada desse processo. Afinal, a modernização, isto é, a ruptura com o passado por meio do impulso de criação capaz de transformar o mundo, é resultado da dialética do capitalismo, da qual advém o avanço das forças produtivas e a formação de uma nova consciência que possibilita a construção de novos valores, novos comportamentos e novos interesses (BERMAN, 1986, pp. 15-35 e LE GOFF, 2013, pp. 166-190).

No Brasil, sabe-se que seu processo de modernização foi conservador, pois a transformação estrutural pela qual sua sociedade estava vivenciando desde o fim da guerra contra o Paraguai não afetou a sua hierarquia social. Isso porque a nova forma de governo adotada em 1889, inaugurada por um processo histórico iniciado com a crise do Império, foi oriunda de uma cisão da classe dominante. Uma nova aristocracia substituía outra no comando do poder, com o apoio dos militares, enquanto o povo assistia a tudo “bestializado”. Tratava-se de uma transição pelo alto, sem participação das camadas populares. Afinal, o que estava em jogo era o interesse da nova elite econômica, a qual se empenhou na construção de um novo pacto político, conhecido como pacto oligárquico (sustentado na política do café com leite no nível federal, na política dos governadores no nível estadual e no coronelismo no nível municipal) para controlar a máquina do Estado e proteger seus interesses de classe. O estado liberal originado desse pacto não contemplou a grande massa da população. Esta continuou entregue à sua própria sorte, ou ao que sobrou da sensibilidade religiosa, expressa na caridade pública, ou à dádiva dos protagonistas da situação política local, ancorada no paternalismo agora na sua manifestação coronelista. ¹

¹ Um de nossos mais eminentes historiadores, já em 1936, HOLANDA, Sérgio Buarque de (1997), em sua clássica obra *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, afirmou na p. 160: “É curioso notar que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo”. O entendimento da transição política acima referida é tomado de COSTA, Emília Viotti da (1985). *Da Monarquia à República: momentos*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, cap. 9. A expressão os bestializados foi



Mesmo assim, as transformações no universo das relações econômicas não foram revolucionárias, pois a macroeconomia da Primeira República ainda estava estruturada nos moldes da economia colonial. Grande parte do seu setor produtivo estava orientada para exortação de produtos primários, em especial o café. Conseqüentemente, importava-se quase tudo em relação ao consumo de mercadorias industriais, sobretudo os bens duráveis e bens de capital, já que sua incipiente indústria somente era capaz de produzir basicamente bens de consumo imediato, como tecidos, calçados, chapéus, enlatados, bebidas, etc (FURTADO, 2000 e PRADO Jr, 1995).

Isso não quer dizer que apenas nas áreas especializadas na cafeicultura houve um surto modernizador, pois era possível cumular capital a partir de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, cuja dinâmica dotada de um ritmo próprio geralmente tinha, nos quadros da economia colonial, condições de gerar riqueza de forma independente (FRAGOSO et al, 2001).

A formação econômica alfenense é um exemplo disso. O censo das atividades produtivas municipais de 1920 revela que parte considerável dos seus 736 estabelecimentos agrícolas se dedicava ao cultivo de mais de um produto. Entre eles, 563 produziam milho (5909,5 t.), 419 arroz (941,2 t.), 324 laticínios (1711,9 litros de leite, 2155 litros de nata, 44094 quilos de manteiga e 185000 quilos de queijo), 314 feijão (832 t.) e 88 café (646,1 t.) Além disso, tinha o maior rebanho bovino do Sul de Minas Gerais, com 18826 animais nascidos no referido ano censitário. ²

Percebe-se então que se tratava de uma economia rural mista, diversificada, com uma parte dela conectada, pela cafeicultura, ao mercado externo e outra parte estava voltada para o abastecimento interno, tanto o municipal quanto para as áreas às quais ela estava integrada. Desse modo, pode-se afirmar que sua acumulação de capital agrário tinha duas frentes bem definidas, das quais derivaram o financiamento para a

proferida por um senador contemporâneo da proclamação da República, Aristides Lobo, e é usada por CARVALHO, José Murilo de (1996), para dar título à sua obra *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed., São Paulo: Cia das Letras. Já o conceito de modernização conservadora foi formulado por MOORE Jr., Barrington (1975). *Origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, para explicar o modelo de transição política em países, como a Alemanha, onde a burguesia aliou-se com a aristocracia para promover a modernização. O coronelismo foi um fenômeno político, estudado por NUNES, Victor Leal (1997). *Coronelismo, enxada e voto*. 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, , resultante da "superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequadas", na qual o poder público ainda era frágil demais para prescindir do poder privado dos potentados locais para se impor à população (p. 40).

² *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, disponível em www.ibge.gov.br.



diversificação de investimentos de natureza urbana e a riqueza necessária para a assimilação de novos serviços da mesma natureza, os quais proporcionaram o surto de modernidade experimentado em uma cidade que estava em franco crescimento durante a segunda metade da Primeira República.³ Tanto que entre os anos de 1920 e 1921 foram requeridas 106 licenças para construção civil. Por isso, a demanda por materiais básicos para edificações deve ter aumentado, motivando o cidadão Antônio Gomes de Souza, no dia 24 de outubro de 1924, “solicitar permissão para construir uma olaria em terreno do patrimônio”, para, segundo ele, “baratear o preço dos tijolos e assim facilitar as construções e futuras edificações, visto que as olarias existentes não satisfazem as exigências do progresso material do lugar.”⁴

Para a compreensão do processo de modernização em Alfenas, o conceito de cultura formulado por Clifford Geertz será muito útil, uma vez que, de acordo com tal autor, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu,” ele assume “a cultura como sendo essas teias”. Desse modo, a cultura é considerada um contexto, algo dentro do qual a ação humana, em suas mais diversas manifestações, pode ser compreendida como um signo, cujo significado depende das suas conexões com o contexto no qual está inserido e com a multiplicidade de estruturas que possibilitaram a sua ocorrência (1978, p. 15). Em outras palavras, a tomada de decisão de orientar parte do capital originado de uma atividade essencialmente rural em outra de essência urbana depende, além das oportunidades abertas pelo avanço das forças produtivas, também da formação de uma nova consciência que possibilita a construção de novos valores culturais, dos quais derivam novos comportamentos e novos interesses.

A documentação que fornecerá as informações para esse estudo é composta por requerimentos (um instrumento de ação política), nos quais os cidadãos solicitavam, às autoridades do legislativo ou do executivo, decisões destinadas a satisfazer suas demandas, que precisavam da autorização ou da intervenção do poder público. Foram consultados 1256 requerimentos, dos quais foram selecionados os que foram

³ Para se ter uma ideia desse crescimento, segundo o recenseamento realizado no Brasil em 1920, havia no município de Alfenas 29.434 habitantes, uma população de tamanho significativo se comparada, no mesmo período, com Belo Horizonte (55.563) e Juiz de Fora (118.116) – *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, disponível em www.ibge.gov.br.

⁴ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924. Todos os requerimentos são documentos avulsos, cuja ordem nas pastas é aleatória e sem paginação.





elaborados para obter a autorização para a abertura de um negócio. Eles servirão metodologicamente como ponte que permitirá a ligação entre as estruturas (econômicas, políticas, culturais e sociais) e a vida cotidiana. Sendo assim, é necessário ter em mente que as decisões dos indivíduos de requerer à municipalidade a aprovação de seu investimentos estruturantes foram tomadas no cotidiano.

De acordo com as reflexões de Agnes Heller sobre a vida cotidiana, esta encontra-se “no centro do acontecer histórico”, tornando-se assim “a verdadeira essência da substância social, pois “as grandes ações não cotidianas contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam”, e o seu caráter histórico somente assim pode ser considerado “graças ao seu posterior efeito na cotidianidade”. Em outras palavras, o cotidiano é uma temporalidade estruturada, pois as ações rotineiras que marcam o dia a dia das sociedades são resultado dos seus movimentos estruturais. Mas ele também é estruturante, pois é nele também que a estruturação que dá sentido à vida diária é modificada, reestruturada, como resultado dos efeitos imprevistos da sua própria dinâmica ou da possibilidade dos indivíduos tomarem consciência das oportunidades histórias e agir para aproveitá-las (1985, p. 20).

Em síntese, as proposições teóricas de Agnes Heller e Clifford Geertz contribuirão, respectivamente, para entender o cotidiano como temporalidade estruturada e estruturante e a cultura como contexto que dá sentido às ações, no caso desta pesquisa aos novos investimentos, em negócios de natureza urbana, que dependiam da sociedade local assimilar novos elementos culturais para eles serem estabelecidos.

Começemos pelos investimentos estruturantes, isto é, capazes de impulsionar as forças produtivas, de modificar a cultura, de criar condições para o surgimento de novos negócios, de impactar vida cotidiana. O primeiro deles é a ferrovia. Esta começou a ser implantada no Brasil ainda no tempo do Império. Seu traçado esteve ligado, pelo menos até a Revolução de 1930, à expansão da cafeicultura. Seus trilhos alcançaram o município de Alfenas em 1897, no distrito de Gaspar Lopes (Estrada de Ferro Muzambinho, criada em 1892 e incorporada pela Estrada de Ferro Minas-Rio em 1908), onde foi construída uma estação. Em 1928 outra estação foi inaugurada no centro da cidade (Estrada de Ferro Sul-Mineira, originada da fusão em 1910 das Estradas de Ferro Sapucaí, criada em 1889, e Minas-Rio, originada da Estrada de Ferro Rio Verde, 1875). Seu impacto foi enorme. Tanto que ela se tornou referência espacial por onde passava. Exemplo disso é a solicitação feita no dia 26 de julho de 1924 por alguns cidadãos

interessados em montar uma fábrica de tecidos na cidade. Ao pedir a doação de terreno para montá-la, eles o localizaram

“à margem da Rede Sul Mineira, que a começar em um boeiro da linha férrea em frente a uma rua sem nome, vai, em direção a um valo, entre dois postes, onde há um portãozinho de entrada de um pastinho fechado em terras do patrimônio municipal por Horácio de Carvalho, às divisas da antiga chácara de Anacleto Holanda, hoje do Cel Francisco Leite, e por essas antigas divisas, compreendido o pastinho referido encontra a linha que da chave do triângulo da estrada de ferro procura em reta o Matadouro, e subindo por esta linha férrea, pela qual segue ao boeiro do começo.”⁵

Mais do que isso, ela potencializou a integração de tal município com outros, permitindo maior trânsito de pessoas e mercadorias. No dia 14 de maio de 1921, Francisco Lobato de Almeida, comerciante estabelecido na cidade, sócio da firma Lobato e Irmãos, ao reclamar do valor do imposto a ele cobrado pelo poder executivo local, argumentou que apenas utilizou a “Estrada de Ferro Sul-Mineira para embarque de mercadorias compradas no Município de Machado.”⁶

Até a extensão da malha da linha férrea para Alfenas, o deslocamento de longa distância da sua produção era feito, como em todas as localidades desprovidas de ferrovia, por muares conduzidos por tropeiros. Aos poucos, esse elemento estrutural característico da economia arcaica foi desaparecendo à medida que meios de transporte mais modernos foram conectando o vasto território nacional. Esse desaparecimento foi promovido não apenas pela ferroviária, mas também pelo desenvolvimento do motor de combustão e pela conseqüente abertura de novas estradas para circulação de veículos automotivos de grande porte. Por exemplo, no dia 25 de julho de 1924, Opympio de Souza Macedo propôs Câmara Municipal de Alfenas a construção, à sua custa, “de uma estrada de autoviação, da Rede Sul Mineira até a Fazenda da Correnteza, em caminho para Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em divisas do Município de Alfenas e Carmo do Rio Claro, e mais tarde ligando-a a Alfenas e outras localidades circunvizinhas.” Para tanto, pediu “o privilégio de 15 anos de isenção de imposto, para só o suplicante ter direito de fazer trafegar caminhões e auto-ônibus durante o referido prazo, podendo passear qualquer particular, a juízo da Câmara, com automóveis,”

⁵ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

⁶ PMA 34.2, Requerimentos, 1921.



constituindo assim, mais “um fator de progresso e desenvolvimento de São Joaquim e Alfenas.”⁷

A palavra progresso é recorrente nos requerimentos destinados à solicitação de autorização para a abertura de negócios. Desde o Iluminismo, que a consolidou, ela significa “marcha para frente”, conforme está definida na Enciclopédia organizada por Diderot e D’Alembert, e designa na linguagem filosófica o desejo humano de caminhar rumo à perfeição e à felicidade. Sendo compreendida dessa maneira, essa ideia passou a fundamentar cada vez mais a interpretação do mundo ao longo do século XIX, tornado-se nos meios mais cultos, ou sintonizados com a cultura erudita da época, uma crença, uma fé quase sem incrédulos, de que ela expressava uma lei inexorável da evolução humana (BURY, 2004 e NISBET, 1980).

Fundamentados nessa ideia, que expressa um conjunto de novos valores culturais, uma nova ideologia, uma nova maneira de interpretar o mundo e nele atuar, os agentes econômicos do município de Alfenas, como em outras partes economicamente prósperas do país, demandaram aos poderes executivo e legislativo locais a autorização para abrir negócios na cidade.

Outro investimento estruturante fundamental para a modernização foi a energia elétrica. Trata-se de um fator modernizante que ao longo da segunda metade do século XIX foi sendo incorporado à vida cotidiana. No Brasil, a partir de 1879, na capital do país, ela passou a ser aplicada permanentemente na iluminação. Daí, aos poucos, com a expansão de usinas hidrelétricas, tornou-se um recurso disponível para iluminar as noites das cidades, das residências que podiam arcar com os custos da sua captação e manutenção e também movimentar máquinas industriais e utensílios domésticos inventados ou aprimorados com a disponibilidade da eletricidade (HANSEN, 2012).

No município em foco, tal recurso surge aproximadamente entre o final da primeira década e o início da segunda década do século XX.

Algum tempo depois, no dia 18 de outubro de 1924, a concessionária autorizada a gerar energia para abastecer a cidade, requereu à sua Câmara “o aumento da iluminação pública, a mais 8 postes, para satisfazer as constantes reclamações recebidas diariamente dos habitantes de certas ruas.”⁸ As reclamações a esse respeito eram

⁷ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

⁸ PMA 34.2, Requerimentos, 1921.



antigas. Uma delas foi feita no dia 22 de julho de 1912 por moradores de uma área da cidade. Eles, ao alegarem que “tendo pago os impostos devidos,” estavam “com o direito de fazer um pedido justo (...); iluminação pública no bairro” onde moravam, o qual, argumentavam, é “comercial à luz do dia, mas de noite causa horror a quem passar por ali.”⁹

Além da eletricidade, a água tratada, canalizada e disponibilizada por uma empresa saneadora foi outra novidade moderna. Antes disso tornar-se realidade, quando os rios eram limpos, as pessoas se abasteciam diretamente nele, ou furavam poços artesianos em seus terrenos, ou recorriam aos chafarizes. Com o crescimento demográfico inaudito ocorrido entre os séculos XIX e XX, rios, mananciais e lençóis freáticos começaram a ficar poluídos, criando condições para proliferação de doenças alarmantes. Por essa razão, essas formas ancestrais de abastecimento ficaram cada vez mais perigosas, demandando investimento em tratamento dos recursos hídricos destinados ao consumo urbano (pois no campo elas ainda continuaram viáveis). Foi o que propôs à Câmara o cidadão Benjamim Libânio no dia 14 de outubro de 1924, em um requerimento no qual pediu a concessão para explorar os recursos hídricos do distrito de Serrania, por meio de uma empresa que desejava organizar, mediante “um privilégio de 25 anos, para instalação, uso e gozo de serviço de abastecimento de água na sede” da referida localidade. Para isso, argumentou que não podia “deixar de lembrar a essa Egrégia Câmara os numerosos casos de tifo e paratifo, essas duas terríveis entidades mórbidas, que aqui grassam endemicamente, fazendo todos os anos considerável número de vítimas.” Afinal “essas moléstias aqui surgem devido às águas contaminadas de que se utiliza a grande parte da população, fazendo tantas vítimas anualmente,” e, “sendo certo que a causa, do foco de contágio reside nas águas que se utilizam os serranienses, urge fazer-se a sua profilaxia.” Assim, ele esperava contribuir para “eivar esta terra à altura que merece e concorrer para o bem-estar da população, principalmente por livrá-la de uma terrível e mortífera endemia.”¹⁰

Um dos seus argumentos está fundamentado no princípio de prevenção contra males que afetam a saúde pública. Quando ele propôs fornecer água tratada à população, fazendo-a chegar até suas casas, no país, seguindo a tendência histórica

⁹ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

¹⁰ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

experimentada pelas nações mais afinadas com a ideia de progresso, então em voga, vivia-se o que um historiador chamou de a era do saneamento. A precariedade da higiene pública passou a ser tida pelas sociedades modernas como um dos grandes problemas cotidianos. Tanto que o Estado brasileiro, influenciado pelas suas elites médicas, já vinha tomando um conjunto de medidas, muitas delas autoritárias, para sanear o espaço urbano nacional desde o início da República. A vacinação obrigatória contra a varíola e a derrubada de moradias populares, como os cortiços, das áreas centrais das cidades são as mais conhecidas (HOCHMAN, 1998).

Nessa época, a saúde estava definitivamente sendo transformada em um bem público, após longa trajetória histórica inaugurada com o Iluminismo. Isso porque, com as Luzes, consolidou-se a visão que considera a doença como um dos maiores entraves à construção de uma sociedade plenamente civilizada e da felicidade dos povos. Daí os governos, nos seus diversos níveis, aos poucos foram inserindo o saneamento em sua agenda pública. Em Alfenas, por exemplo, várias leis foram editadas pelo seu legislativo. No dia 27 de outubro de 1912, ficou estabelecida a proibição, “nas torneiras públicas ou particulares, tirar-se água para fazer barro para muro, adobes, barrear e lavar roupas, etc., sob pena de 10\$ a 100\$000.” Alguns anos depois, no dia 24 de janeiro de 1918, o seu agente executivo sancionou a lei seguinte: “Todo açougue situado no perímetro urbano, que não reúna as condições de higiene exigidas pela Câmara, e não esteja de acordo com a planta oficial adotada, deve ser modificado dentro do prazo de 90 dias contados da notificação.”¹¹

Esses investimentos estruturantes, impulsionadores das forças produtivas, além de serem ícones de modernidade de grande dimensão simbólica, são fatores fundamentais de modernização, porque criam condições indispensáveis para desencadear novos processos criativos. Um deles é a industrialização que, para ocorrer, precisa como requisito prévio de certo nível de desenvolvimento capitalista, de uma economia mercantil consolidada e de um grau considerável de divisão social do trabalho. Em alguns lugares do Brasil da Primeira República esses requisitos existiam, proporcionando um surto industrial no interior de uma estrutura economicamente agrária organizada para a exportação.

¹¹ CMA 34 Avulsos, 1892-1919, avulsos sem paginação. As referidas leis são, respectivamente, as de n. 6 e 227.

Um desses lugares foi o município de Alfenas. Como revelado anteriormente, na época sua economia agrária estava conectada à agroexportação de café e, ao mesmo tempo, ao abastecimento interno com a oferta de gêneros variados de primeira necessidade, apresentando um dos maiores índices de produção de uma das mais prósperas regiões de Minas Gerais. Além disso, seu mercado de trabalho apresentava uma divisão social expressiva. Para se ter uma noção disso, os Livros do Imposto de Indústria e Profissões da cidade registraram os seguintes dados distribuídos por setores econômicos: ¹²

Divisão social do trabalho em Alfenas

Setor	1909	1914	1920
Primário	6a 180c	8a 253c	9a 240c
Secundário	5a 27c	3a 59c	3a 61c
Terciário	21a 362c	22a 386c	24a370c

a atividades, c contribuintes

Esses dados mostram, afora a ampla divisão social do trabalho, que na cidade: 1) o setor terciário, composto por comércio e serviços, congregava a maior parte dos contribuintes; 2) que o setor secundário, composto por atividades de transformação de matérias primas em bens manufaturados e maquinofaturados, aumentou mais de 100 % entre 1909 e 1920. Assim, pode-se considerar que houve um surto considerável de interesse nas atividades do setor de transformação. Um dos estabelecimentos que contribuíram para isso, dedicado à produção de têxtil, foi proposto em um requerimento assinado no dia 26 de julho de 1924 por João Leão de Faria, Augusto Valadão, Augusto Cabral e Emílio Libânio, no qual argumentaram, para a terem a requisição aprovada, que se tratava de um “tentamen industrial _ primeiro passo para o evoluir da vida local sob promissor aspecto”. Assim, informaram à Câmara:

¹² PMA 19.1, 19.3 e 19.10, Indústria e Profissões, 1908-1929. Os dados acima apresentados são aqui tomados como indicadores do mercado de trabalho, que não podem ser generalizados para todo município, pois como ele era formado por diversos distritos que, ora não apresentavam informações a esse respeito, ora emancipavam, fica impossível precisar a real composição do seu mercado de trabalho.

Diversas pessoas progressistas reuniram-se e deliberaram fundar nesta cidade uma fábrica de tecidos, sob a denominação Alfenas Fabril Limitada, fato já do conhecimento de todos os membros da nossa Câmara. O prospecto junto, espalhado por todo o município expõe o que pretende esse grupo, que tomou a si esse empreendimento. Desnecessário é desdobrarem-se à vista da Câmara as grandes e inumeráveis vantagens, que daí lhe advirão. Composta esta de vereadores animados dos melhores intuitos, já antevemos a sua interferência pressurosa em auxiliar a realização de tão vultuosa empresa, da qual quem mais vai tirar resultado é a nossa cidade; é o nosso município.¹³

Estabelecimentos como esse estavam sendo criados em todos os espaços que reuniam condições estruturais para sediá-los, quais sejam, além daqueles fatores estruturantes clássicos acima expostos: 1) capital disponível, oriundo principalmente da riqueza acumulada por agricultura mercantilizada; 2) mão-de-obra que pudesse ser capacitada; 3) mercado consumidor capaz de absorver a produção. Enfim, tratava-se de um empreendimento voltado para suprir necessidades de demanda de artigos básicos, como roupas, de uma população cada vez maior, engendradas pela dinâmica de uma economia agrária, cujo crescimento exigiu certo nível de industrialização de bens consumidos cotidianamente e em escala crescente (DEAN, 1971 e SAES, 1989).

14

Nesse contexto de transformações estruturais, das quais derivaram uma incipiente modernização no país, surgem novas comodidades na vida cotidiana de uma parte da população suficientemente enriquecida e culturalmente apta para assimilá-las. Com a progressiva integração econômica vivenciada pela sociedade brasileira desde pelo menos 1808, intensificada ainda mais durante a Primeira República, aos poucos as suas elites e, posteriormente, as suas classes médias começaram a incorporar em seus hábitos diários novos padrões de consumo, influenciadas principalmente pela publicidade veiculada pelos periódicos cada vez mais abundantes. Entre eles destaca-se a telefonia. Depois de longo tempo restrito a um grupo muito seletivo de magnatas, o serviço telefônico começou a ser ofertado para um número maior de pessoas ricas, após

¹³ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

¹⁴ As origens e características da industrialização no Brasil são temas bastante discutidos na historiografia brasileira. Um dos estudos mais referenciados é o de. Sobre as controvérsias e consensos historiográficos a respeito desse assunto, uma das análises mais pertinentes foi elaborada por SAES, Flávio A. M. de (1989). A controvérsia sobre a industrialização no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7.



a virada do século XIX para o XX. No Sul de Minas Gerais havia uma companhia sediada na cidade de Campanha, cujo proprietário, Arthur Monteiro de Ruiz, requereu à Câmara Municipal de Alfenas, no dia 05 de novembro de 1910, a autorização para ele estender a rede telefônica da sua empresa até esse município. Para isso argumentou se tratar de “grande melhoramento que trará a essa cidade”, pois ela passaria a ter “ligação com as principais cidades do Sul de Minas e grande parte do Estado de São Paulo”.¹⁵

Tamanho foi o interesse das autoridades governamentais da cidade, que a proposta daquele empresário não somente foi aceita, mas também obrigou a municipalidade, por força de contrato, a conceder à Empresa Telefônica Campanhense monopólio de vinte cinco anos com isenção de impostos enquanto durasse a concessão. Afinal, o telefone era um ícone de modernidade, um conforto, um fator de progresso que trouxe maior agilidade para a comunicação em uma época em que o capitalismo, ao unificar o mundo, exigia o encurtamento das distâncias.

Outra comodidade que passou a ser indispensável com a modernização das sociedades foi o serviço bancário. Algumas iniciativas neste setor já tinham sido feitas, sobretudo pelo poder público, desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Todavia, somente com o avanço das relações sociais capitalistas no país, bancos privados começaram a ser fundados no seu vasto interior. Em Alfenas, como na maioria das praças comerciais enriquecidas, havia a figura identificada no Livro de Impostos de Indústria e Profissões como capitalistas, ou seja, pessoas dedicadas ao empréstimo de dinheiro na ausência de instituições bancárias. No ano de 1909 havia na cidade oito cidadãos assim identificados. Com a criação de seus primeiros bancos, aos poucos a parte da população provida de recurso financeiro suficiente para investi-lo, ao ser estimulada a confiar no sistema bancário, foi assimilando o hábito de guardá-lo nele.

No município em estudo, já nas primeiras décadas do século XX, havia capital suficiente para a montagem de bancos organizados pela iniciativa privada local. Um deles, o Banco Comercial de Alfenas, abriu as suas portas em 1918 para os indivíduos que não desejavam ter o trabalho de proteger seu dinheiro, ou parte dele, em formas tradicionais de investimento e muitas vezes arriscadas, como José Ignácio de Paiva Tavares. Este cidadão, ao reclamar contra o imposto de capitalista sobre ele cobrado

¹⁵ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.



pelo erário municipal, por meio de um requerimento datado no dia 22 de abril de 1926, informa que “reservou para sua subsistência uma parte de seus haveres, representada, na sua quase totalidade, por dinheiro. Como não podia tê-la sem rendimento, emprestava a juros, até que um momento chegou para melhor colocação de seus capitais,” cujo montante havia atingido a cifra de 3.000:000\$000 (Três milhões de contos de reis); uma fortuna considerável para os padrões da época. Então, continua informando, abandonou a atividade de empréstimo na praça, optando por aplicar “seu capital no Banco Comercial de Alfenas”, razão pela qual argumentou não ser justo o pagamento de “imposto de giro que está fazendo com uma dezena de contos que reservou para suas despesas ordinárias.”¹⁶

Conforme suas informações, ele havia abandonado a atividade de capitalista, motivo pelo qual protestou contra o imposto cobrado pela municipalidade aos indivíduos dedicados a essa prática. Verdade ou não, tal atividade desapareceu dos registros do Livro de Impostos de Indústria e Profissões a partir de 1909, ou por ter se tornado obsoleta, ou clandestina, com a chegada dos bancos. De qualquer forma, isso mostra que as instituições bancárias encontraram receptividade no município de Alfenas, graças à riqueza que nele circulava e à nova cultura financeira construída na dinâmica da sua modernização.

A educação superior foi outro serviço que passou ser oferecido em Alfenas. A Constituição de 1891, a primeira da era republicana, abriu as possibilidades legais para que a iniciativa privada pudesse investir na criação de faculdades. Até então, o Estado monopolizava a formação de profissionais desse nível de ensino, restringindo a abertura de cursos para garantir interesses de determinados grupos sociais que tinham em suas carreiras o esteio de seu *status* e de seu sucesso econômico. Isso porque “o aumento do número de diplomas poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração” (CUNHA, 1980, p. 85).

As pressões de grupos políticos contrários a esse monopólio foi decisiva para encerrá-lo. Somadas aos argumentos dos liberais a favor da adoção do liberalismo onde fosse possível e desejável e ao apoio dos positivistas, tendo à frente Benjamin Constant, um dos articuladores da Proclamação da República e Ministro da Instrução Pública no

¹⁶ PMA 34.3, Requerimentos, 1924-1926.

Governo Provisório, elas acabaram levando o Estado a fazer reformas que facilitaram a criação de cursos de nível superior no país. Uma delas foi a Reforma Rivadávia Correa. Implantada por meio do Decreto n. 8659, de 5 de abril de 1911, ela objetivou principalmente o ensino superior, instituindo o ensino livre no Brasil, assegurando essa liberdade como princípio básico da própria liberdade de profissão.

Foi a partir daí que se tornou possível a criação de uma faculdade particular, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), na sede deste município em 1914, por iniciativa de João Leão de Faria, farmacêutico formado em Ouro Preto, a quem é atribuída a proeza de organizar uma comissão, a qual presidiu, para cuidar dos trâmites burocráticos, dos apoios políticos e da captação de recursos humanos, financeiros e materiais para sua fundação, que foi considerada na ata de sua inauguração “marco miliário” na história do Brasil e, em particular, de Alfenas. ¹⁷

A criação da EFOA revela que em Alfenas havia uma elite intelectualizada, sintonizada com em a cultura científica da época, ansiosa para inserir sua cidade nos trilhos do progresso pela via da educação universitária e ávida pela afirmação como grupo social esclarecido. Afinal, a ciência experimentava então grande prestígio, principalmente os campos de conhecimento dedicados à saúde.

Assim, ela esperava unir o útil ao agradável, ao cumprir “a suprema santificação da linguagem humana, abaixo da prece, [que] está no ensino da mocidade”, conforme afirmaram em ata, e, com isso, obter o status social que a cultura bacharelesca imperante ainda na Primeira República poderia lhes proporcionar e aos alunos que se diplomassem na EFOA. ¹⁸

Em uma sociedade em processo de modernização, outro ícone de modernidade cada vez mais frequente em seu espaço público são os automóveis. Em Alfenas, entre 1909 e 1924, foram solicitados pelo menos noventa pedidos de avaliação de capacidade para condução de veículos automotivos de passeio. Um deles foi feito por Leo Singer, italiano, filho de Jerônimo Singer, 18 anos de idade, residente nesta cidade, que

¹⁷ Livro de Atas da Congregação, n. 1, 03/04/1914, secretaria geral da Universidade Federal de Alfenas, p. 2.

¹⁸ Idem. Sobre a cultura bacharelesca da época HOLANDA, Sérgio Buarque de(1997). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, p. 156-158, utiliza o termo “bacharelismo” para, entre outras coisas, apontar como um diploma de curso superior valia por si mesmo, pois era visto como um ícone intelectual de grande prestígio em uma sociedade ainda marcada por fortes valores nobiliárquicos.

declarou saber ler e escrever para “requerer prestação de exame afim de dirigir um auto Ford nesta praça.”¹⁹

As suas ruas, antes palco de constante trânsito de carroças, cavalos e carros de boi, agora começavam a ser ocupadas também pelos modernos carros movidos por motores impulsionados por combustível fóssil. A era do carbono, como matriz energética de transporte, estava sendo inaugurada, gerando uma convivência entre duas temporalidades distintas; uma expressa pelas ancestrais formas de deslocamento humano sobre o lombo dos quadrúpedes, outra expressa naqueles novos símbolos de distinção social materializados nos automóveis. Com ela vieram também os postos de gasolina. Um deles foi montado após o deferimento do requerimento enviado, no dia 26 de outubro de 1926 à Câmara Municipal, por Joaquim Coelho, representante comercial da empresa Atlantic Refining Co. of Brasil, companhia estrangeira, estabelecida na avenida Rio Branco, nº 9, Rio de Janeiro, interessada em investir em mais um negócio dessa natureza na cidade.²⁰

A cidade respirava, literalmente, ares de modernidade; ares que começavam a ser poluídos pelo escapamento dos carros movidos à gasolina, depois de muito tempo da suposta contaminação pelos miasmas (ainda imaginada pelas mentes refratárias à teoria dos patógenos construída pela geração de Pauster) provenientes da matéria orgânica em decomposição, excretada pelos animais que ainda serviam como meio de transporte no espaço urbano, como defendiam os adeptos da teoria da abiogênese.

Os tempos eram outros. A cidade colonial começava a desaparecer. Sua paisagem urbana estava sendo modificada rapidamente. O ritmo da sua vida cotidiana estava ficando mais acelerado. Uma multidão aos poucos tomava conta das suas ruas, fruto da explosão demográfica e da migração rural, empurrando suas fronteiras, com a construção de moradias, para áreas até então intocadas pela ação humana. Progressivamente quase nada parecia como antes. O turbilhão da vida moderna arrastava tudo que não encontrava resistência ao seu avassalador impulso, para uma transformação inaudita. Assim, a frase de Karl Marx, que dá título à clássica obra de Marshall Berman, “tudo que é sólido se desmancha no ar,” soava para uns como uma tragédia, para outros como uma esperança.

¹⁹ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

²⁰ PMA 34.3, Requerimentos, 1924-1926.

Nesse frenesi de transformação, novos ambientes, novos espaços de sociabilidade e de lazer, foram construídos para desfrute de uma elite culturalmente preparada para assimilá-los. Um deles, o cinema, uma novidade moderna que causou grande encantamento, atraindo grande séquito de espectadores onde estavam instalados, chegou à cidade nos início da segunda década do século XX. Seus proprietários, ao protestar contra o imposto sobre ele lançado pela coletoria municipal, alegaram que, “a exemplo de procedimento de outras municipalidades, mesmo no Sul Minas, Alfenas, tão interessada no progresso material e intelectual de sua sede,” não poderia deixar “de prestar braço forte ao novo melhoramento que tão de perto consulta à sua civilização, lançando sobre o estabelecimento cinematográfico imposto o mais módico possível, quando lhe afigure menos lícita a completa isenção.”²¹

As autoridades governamentais municipais acabaram reduzindo pela metade o imposto cobrado, acatando o argumento, que lhes pareceu convincente, de o cinematógrafo local ter acabado de ser inaugurado, e por isso ainda “lutava com as dificuldades, além da incerteza de bom êxito”, de um tipo de serviço de entretenimento cultural bastante oportuno para uma cidade, em processo de modernização, e que precisava de tempo considerável para seu investimento ser recuperado.

Assim, o cinema pôde continuar funcionando, com um imposto menos oneroso, para a alegria das pessoas cujas condições financeiras permitiam o acesso a ele, às imagens em movimento projetadas em sua tela, às quais um público, ainda atônito com tantas novidades, deslumbradamente contemplava como se tivesse diante de um mundo encantado.

Outra novidade, que não tardou a ser oferecida à sociedade alfenense, foi o teatro. Grupos itinerantes de atores, especialmente circenses, já freqüentavam a cidade há anos. Mas suas apresentações eram feitas nas ruas, ou em palcos improvisados, ou mesmo sob a lona de um circo de passagem por Alfenas. Mas um espaço amplo, permanente, capaz de abrigar espetáculos constantemente e atrair companhias teatrais mais sofisticadas foi proposto em um requerimento, datado no dia 20 de outubro de 1924, por Joaquim Bastos, Camilo de Vilhena, Manuel Pedro Rodrigues e J A de Maria Leite. Estes senhores, que se apresentaram como “organizadores da construção de um edifício de grandes dimensões, obedecendo aos preceitos mais modernos da arte e

²¹ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

higiene, para nele funcionar o teatro de Alfenas, com capital nominal de cento e cinquenta contos de reis,” solicitaram “dos poderes municipais um auxílio para esse melhoramento”, que, conforme suas próprias palavras: “Concorrerá para o embelezamento de nossa cidade, honrando e perpetuando o nome dos ilustres vereadores que acolherem o tentamen.” Para ter a requisição deferida, ainda afirmaram que tinham o “firme propósito de reverter o grande edifício para a municipalidade local, uma vez feita por ela a amortização das ações por meio de sorteios, de acordo com as deliberações dessa honrada corporação.”²²

A comissão de finanças da Câmara deu seu parecer sobre o assunto, aprovando o deferimento do requerido pelos proponentes da construção do teatro, sugerindo que os cinquenta contos de reis solicitados para a edificação do empreendimento fossem concedidos sob a forma de aquisição de nove ações aos proprietários.

Dessa maneira, a municipalidade procurava dar mais um passo rumo à modernidade, sofisticando um costume antigo, ainda bastante popular naquela época, ao disponibilizar um espaço onde as representações teatrais poderiam ser encenadas com maior conforto e comodidade para os espectadores.

Se tais espaços de lazer e sociabilidade eram franqueados ao público em geral, bastando a compra do ingresso para freqüentá-los, o que teoricamente permitia às camadas populares ter acesso a eles, outros não foram assim, como os clubes. Estes não eram bem uma novidade moderna, pois, em outras épocas, grupos de pessoas com certo nível de cultura, gosto e renda reuniam-se para montar agremiações voltadas para o convívio social e entretenimento. O que era novo é a sua motivação. Enquanto a maioria deles, outrora, estava motivada para a caça, jogos de mesa, como o baralho, e literatura, nos tempos modernos a sua grande razão de ser foram a dança e o esporte.

Normalmente, algumas famílias que se identificam entre si pelos mais diversos motivos, cultivam boas relações de amizade e até compartilham espaços de intimidade, promovem encontros periodicamente em suas casas para conversar, fazer festa, brincar, etc. Os clubes mais tradicionais nasceram desses encontros. Começam juntando recursos para fundar uma sede, composta por salão e palco, onde passam a se reunir diariamente pelas mesmas razões de sempre. Porém, com um espaço próprio destinado para isso, sustentado com mensalidades, podem atrair mais pessoas com as

²² PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.



quais se identificam e ampliar a arrecadação da entidade para organizar torneios esportivos e festas de maior porte, como os bailes de fim de semana e os de ocasiões especiais (aniversário do clube, festa de debutantes, casamentos, virada de ano, etc.).

Em Alfenas, uma agremiação desse tipo, voltada exclusivamente para a elite local, foi fundada em 1909 com o nome de Clube do XV; uma clara referência à data da proclamação da nossa República. Além dos bailes e outras festas, sua diretoria também estava empenhada em criar condições para os seus sócios participarem do carnaval de rua, dentro de cordões de isolamento, organizando desfiles com considerável pompa. No dia 14 de janeiro de 1920, por exemplo, ela enviou ao agente executivo municipal o seguinte requerimento, prontamente atendido, assinado por Bernardino Salles, Rodolfo Libânio, Augusto C Gomes e Vicente Ranoppi:

Os infra-assinados, membros da diretoria do Clube 15 de Novembro, tendo em reunião de 7 dos mês corrente resolvido festejar com todo brilhantismo possível o carnaval de 1920, e pretendendo mais construir carros alegóricos para maior realce dos festejos, contando com o apoio e concurso do comércio e povo desta cidade, lembraram-se muito justamente, seguindo o exemplo de outros centros cultivados, apelar para o espírito culto e clarividente de Vossa Excelência, que sábia e criteriosamente rege os destinos de Alfenas, solicitando um donativo da Câmara Municipal para o fim exposto. ²³

Das atividades esportivas desses clubes muitas vezes nasciam equipes de futebol. Esse esporte, desde o final do século XIX, começou a ser praticado em várias partes do mundo, por influência dos ingleses (os responsáveis pela modernização dessa prática com a organização e regras até hoje mantidas). No Brasil, o que era um passatempo bastante elitizado, aos poucos foi caindo nas graças do povo, devido à facilidade de assimilação de suas regras, a disponibilidade de espaço (basta uma pequena área, como as várzeas, por exemplo) e uma bola e balizas, em cada um dos dois extremos do campo, que podem ser improvisadas (PACHECO, 2010 e SILVA, 2006).

Em Alfenas essa novidade também foi incorporada à cultura esportiva. Além dos espaços improvisados (várzeas, terrenos baldios, ruas, praças, etc.), onde pessoas reuniam-se aleatória e ocasionalmente, havia também times organizados, que

²³ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.

disputavam torneios e se empenharam para construção de campos. O requerimento abaixo assinado, no dia 25 de setembro de 1924, por quarenta e três pessoas, inclusive representantes de quatro agremiações futebolísticas do município (José Carlos Leite, presidente do M.A.C, Virgílio Roque presidente do A.F.C, José Fausto, presidente do Minas A. C. e o vice-presidente, não identificado, do Comercial F.C.) revela o quanto o futebol era uma prática cotidiana bastante difundida.

Os abaixo-assinados, diretores das sociedades esportivas desta cidade, cultores do esporte e pessoas que se interessam pela cultura física, não estando de acordo com o ato dessa ilustre edilidade, mandando interditar o campo de futebol do América football Club, à praça Frontin; o único campo de esporte que possuímos, vêm pedir a Vossas Excelências a reconsideração dessa medida, ao menos provisoriamente, enquanto não for construído o novo campo em lugar já designado por essa digníssima Câmara. Vossas Excelências não ignorem o grande apreço que quase a totalidade desta população dedica à cultura física da mocidade, e, sendo assim, não são unicamente suas estas palavras, porém, julgamos, da sociedade alfenense em peso. Além disso, não haveria nenhum prejuízo em que, por mais algum tempo, ali se praticasse o futebol. O jardim que essa ilustre edilidade projetou naquela praça nem ao menos está começado; nenhum trabalho de escavação, arquibancada, etc, irá ser feito, e a única razão pela qual se argumenta contra a permanência ali do campo é completamente improcedente, qual seja, a de causar avarias no edifício do grupo escolar. Tais avarias não são feitas pelos jogadores, e sim por desocupados e moleques, os quais não somente à hora dos jogos ali permanecem, porém durante todo dia e especialmente à noite. De melhor efeito, então, seria a educação de tais pessoas ou a repressão policial. Assim sendo, e certos de que Vossas Excelências não lhes negarão, provisoriamente, a concessão solicitada, esperam também que a digníssima edilidade concorrerá com uma verba para a construção do novo campo de esporte, o stadium Alfenense.²⁴

Pelo que se percebe na documentação apresentada, o município de Alfenas passou por um processo de modernização significativo ao longo da Primeira República, expresso na diversificação de investimentos em negócios, até então inéditos na cidade, de natureza urbana, como resultado das transformações históricas que estavam ocorrendo no Brasil, a partir da sua maior integração econômica com o Ocidente e, conseqüentemente, do incremento das suas relações sociais de produção e força produtivas capitalistas, desencadeadas sobretudo após o fim da escravidão. Tal processo, responsável por alterações na dinâmica da vida cotidiana, dependeu também

²⁴ PMA 34.1, Requerimentos, 1909-1924.



da formação de uma nova consciência que possibilitou a construção de novos valores, novos comportamentos e novos interesses, dos quais surgiram as condições para os empreendimentos modernos serem estabelecidos e para assimilação das novidades por eles trazidas.

Enfim, tal como no Brasil durante a Primeira República, a modernidade em Alfenas, resultante de um processo histórico de exclusão social, já que não foram criados meios de estender a maior parte dos seus benefícios à grande massa da população, revela as possibilidades de uma sociedade economicamente agrária de acumular riqueza e investir parte dela em novas frentes de reprodução de capital e, dessa maneira, dinamizar a urbanização e o capitalismo no país.

Referências

- BERMAN, Marshall(1986). *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras.
- BURY, John (2004). *The Idea of progress*. Honolulu: University Press of Pacific.
- FRAGOSO, João et al (2001). *Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CUNHA, Luiz Antônio (1980). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEAN, Waren (1971). *A industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difel/Edusp
- DECCA, Edgar de (2000). O colonialismo como a glória do império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e ZENHA, Celeste *O século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FALCON, Francisco José Calazans (2000). O capitalismo unifica o mundo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e ZENHA, Celeste *O século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FURTADO, Celso (2000). *Formação econômica do Brasil*. 27 ed., São Paulo: Cia Nacional/Publifolha.
- GEERTZ, Clifford (1978). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira (2012). *Eletricidade no Brasil da Primeira República*. Rio de Janeiro, tese (doutorado em história), Universidade Federal Fluminense.





- HELLER, Agnes (1985). *O cotidiano e a história*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric (1992). *A era dos impérios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOCHMAN, Gilberto (1998). *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec.
- LE GOFF, Jacques (2013). *História e memória*. 7 ed. Campinas: Unicamp.
- LENHARO, Alcir (1979). *As tropas da moderação o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo.
- NISBET, Robert (1980). *History of idea of progress*. New York: Basic Books.
- PACHECO, Leonardo Turchi (2010). *Tragédias, Batalhas e Fracassos: as derrotas brasileiras nas copas do mundo*. Goiânia, Câneone editorial.
- PRADO Jr., Caio (1995). *História econômica do Brasil*. 42 ed., São Paulo: Brasiliense.
- SEVCENKO, Nicolau (1998) O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. Vol 3, São Paulo: Cia das Letras.
- SAES, Alexandre Macchione e LOBATO, Marcos (2012). *O sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc.
- SAES, Flávio A. M. de (1989). A controvérsia sobre a industrialização no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7.
- SILVA, Eliazar João (2006). *A taça do mundo é nossa: o futebol como representação da nacionalidade*. Governador Valadares: Editora da Univale.

